

Comissão conclui lista com vítimas da ditadura

RENATA TRANCHES

A comissão especial formada para julgar os pedidos de reparação econômica das vítimas da ditadura, em Goiás, entregou ontem o relatório final ao secretário de Segurança Pública, Jônathas Silva. O documento será encaminhado ao Gabinete Civil e, depois, ao governador Marconi Perillo.

Com o fim do trabalho da comissão, que durou um ano, renasce a esperança de quem espera há muito tempo pelo acerto de contas. Segundo João Silva Neto, presidente da comissão, o grupo está esperançoso, mas tem pressa. "As pessoas estão morrendo enquanto esperam", disse. "Muitos anistiados foram perseguidos e sofreram muito."

A comissão recebeu 362 processos, dos quais 316 foram deferidos. Pelo cálculo da comissão, serão R\$ 2,88 milhões a serem pagos a 105 processos a ti-

tulo de indenizações (prestação única) e R\$ 517 mil para 211 pensões especiais, a serem pagas mensalmente.

A comissão trabalhou de junho do ano passado a maio deste ano. Fizeram parte dela oito integrantes, entre membros da Associação dos Anistiados de Goiás, Universidades Federal e Católica de Goiás, Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Estadual de Direitos Humanos, da Secretaria de Segurança Pública e Assembleia Legislativa. A Lei nº 14.067/01 garantiu autonomia à Comissão para que analisasse e julgasse os pedidos das vítimas da ditadura.

História de resistência

O aposentado Oscavú José Coelho está na lista dos 316 nomes aprovados pela comissão. Sua história de resistência teve como cenário o campo, em Itauçu, no fim da década de 50, num pro-

jeto conhecido como "escola radiofônica". O projeto pertencia ao Movimento de Educação de Base (MEB), do governo federal, em parceria com a Igreja Católica. As aulas eram transmitidas para todo o Estado, pela Rádio Difusora.

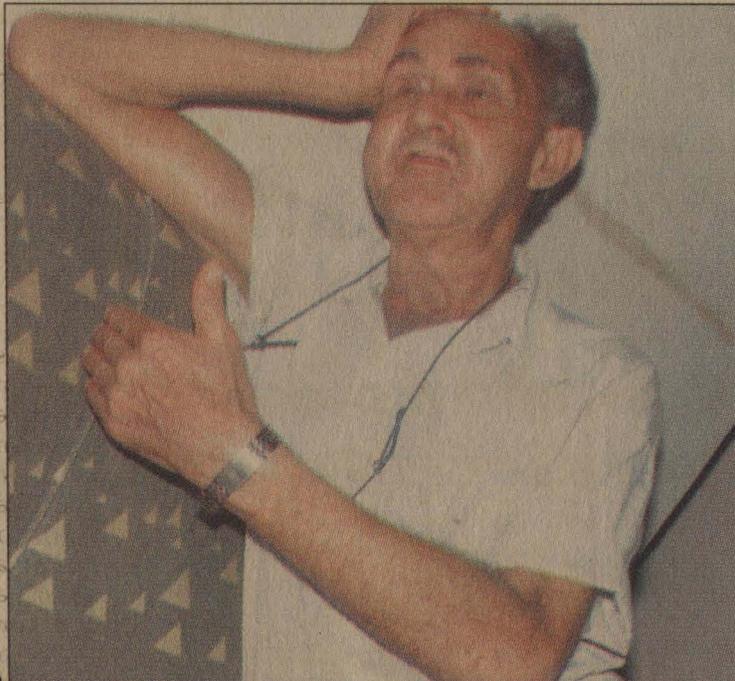
Alguns anos depois, veio a ditadura e o projeto foi suspenso. Nessa época, começou o movimento de integração entre estudantes e camponeses, e Oscavú passou a frequentar as manifestações estudantis. Seu nome tornou-se conhecido e ele foi procurado pelo movimento Ação Popular para dar continuidade ao trabalho de conscientização que fazia antes.

Os camponeses reuniam-se clandestinamente, muitas vezes até no meio do mato. Ele lembra que o movimento cresceu e os fazendeiros decidiram denunciá-los à polícia. Foram presos 22 camponeses, todos na mesma noite, entre eles Oscavú, que estava na casa do sogro.

Oscavú ficou detido por 90 dias. Nesse período, foi levado a Brasília, São Paulo e Goiânia. Ele não sofreu tortura física, mas psicológica. Por várias vezes, ameaçaram jogá-lo do avião ou dar-lhe um tiro. Oscavú entendeu que os militares não iriam matá-lo. Depois de desistir de tirar informações de Oscavú, ele foi liberado.

Oscavú conta que toda a colheita feita no campo foi perdido com sua prisão. A família passou por necessidades e sua mulher o abandonou. Hoje, perto de completar 70 anos, é aposentado pelo Estado e recebe salário mínimo. Vive com um dos filhos em uma casa simples, no Setor Finsocial. Sofre de enfisema pulmonar e, para pagar os medicamentos, diz que conta com a ajuda de amigos. O anistiado já publicou o livro *Recordar é Bom, mas Dói* e terminou outro: *As Histórias que a nossa História não Contou*.

Walter Alves



Oscavú Coelho: história de resistência e tortura no campo